
**REPRESENTAÇÕES DE SI DOS PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO
SOB OLHAR DA PSICOLOGIA MORAL INTERACIONISTA**

Tamires Alves Monteiro¹
Maria Thereza Costa Coelho de Souza²

Resumo

O objetivo central do presente artigo foi identificar os atributos destacados pelos profissionais da socioeducação em suas representações de si, bem como verificar as motivações que eles elegiam para atuarem nessa área. Para tanto, foi realizada a pesquisa documental e exploratória, esta última utilizando dois instrumentos metodológicos: entrevista clínica e memorial. Os dados foram analisados de forma qualitativa e categorizados de acordo com os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Para o presente artigo, foi apresentado apenas os resultados do primeiro eixo temático da entrevista clínica e do memorial. Os dados encontrados evidenciam que tanto as representações de si, como as motivações para atuarem na socioeducação, são decorrentes de fatores de ordem convencional e/ou pessoal, isto é, se veem como profissionais esforçados por buscarem maiores conhecimentos dentro da sua área de atuação e elegem o interesse na carreira no setor público como um dos principais motivos para atuarem com as medidas socioeducativas. A partir desse estudo, espera-se que ele possa contribuir para a formação continuada desses profissionais, principalmente no que diz respeito ao processo de tomada de consciência sobre a prática socioeducativa, os auxiliando a olharem e refletirem sobre seus valores morais, representações e práticas pedagógicas.

Palavras Chave: Psicologia Moral. Socioeducação. Representações de Si.

¹ Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: monteira.tm@gmail.com - ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2462-1541>

² Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: mtdesouza@usp.br - ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9802-0864>

SELF-REPRESENTATIONS OF SOCIO-EDUCATIONAL PROFESSIONALS UNDER THE PERSPECTIVE OF INTERACTIONAL MORAL PSYCHOLOGY

Abstract

The main goal of this study was to identify the features highlighted by socio-education professionals in self-representations, as well as to verify the motivations that conducted them to this career position. For that purpose, it was conducted a documentary and exploratory research, where the last one demanded two methodological instruments: clinical interview and memorial. The qualitative data produced by the research was categorized according to the methodological procedures of content analysis by Laurence Bardin. In this article, we present only the results of the first thematic axis of the clinical interview and the memorial. We found that the representations of themselves and motivations to work in socio-education are due to conventional and/or personal factors, that is, they see themselves as professionals seeking greater knowledge within their area of expertise and they elect a career in the public sector as one of the principal reasons for work with socio-educational measures. We expected that this study can contribute to the continuing education of these professionals, mainly with regards to the process of become aware of socio-educational practice, assisting them to look and reflect on their moral values, representations and pedagogical practices.

Keywords: Moral Psychology. Socio-education. self Representation

Introdução

Este artigo apresenta partes dos resultados de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo analisar, sob a ótica da psicologia moral, os conteúdos curriculares dos cursos da Escola Nacional de Socioeducação, buscando estabelecer relação com a percepção dos ex-alunos a respeito das contribuições deles. Além disso, teve a intenção de destacar as motivações que levaram os profissionais a buscarem os cursos da ENS, quererem atuar na área da socioeducação, como também identificar os atributos destacados por eles em suas representações

de si. Assim, para o presente artigo, iremos focar nos resultados sobre as representações que eles têm de si quando refletem sobre quem são como profissionais da socioeducação.

Antes de olharmos para esses resultados, precisamos falar um pouco sobre a psicologia moral. Seus diversos estudos, sobretudo aqueles com base interacionista, apontam que a moralidade é construída por meio de um processo gradual que acontece por toda a vida. As experiências e tipos de interações que o sujeito tem com as situações que o mundo lhe apresenta definirão a construção dos seus valores, julgamentos e ações morais e éticas. Assim, é importante olhar atentamente para a qualidade dessas interações, pois, de acordo com Piaget ([1932], 1994), há dois tipos a serem consideradas: de coação (autoridade e submissão) e cooperação (reciprocidade e igualdade).

As relações de coação que a criança estabelece com o adulto pouco contribuem para o desenvolvimento intelectual e moral, pois nesse tipo de interação a criança se submete às verdades e autoridade que os adultos lhe impõem. Esse tipo de troca leva “ao empobrecimento das relações sociais, fazendo com que na prática tanto o coagido quanto o autor da coação permaneçam isolados, cada um no seu respectivo ponto de vista, mas também ele representa um freio no desenvolvimento intelectual” (LA TAILLE, 1992, p. 19).

Já nas relações de cooperação estão presentes o respeito mútuo e a construção da autonomia, pois operam num contexto entre iguais, permitindo ao sujeito a descentração e uma maior socialização. Nesse tipo de relação a criança tem a oportunidade de vivenciar e interagir com situações que beneficiam a construção de sua autonomia moral, o que lhe permite, de forma mais positiva, resolver os conflitos que as trocas sociais lhe impõem.

Segundo La Taille (2002), a qualidade dessas interações necessita ser observada e estudada para além do contexto familiar, pois, evidentemente, elas não acontecem apenas no seio familiar, mas também em outros espaços/contextos, tais como a escola e outras instituições que fazem parte dos ambientes de socialização das crianças e dos adolescentes.

Dentre esses espaços, podemos destacar os projetos que atuam com as medidas socioeducativas, sejam elas de meio aberto ou fechado. Ao olharmos com mais atenção para esses projetos notamos que houve muitas transformações positivas trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Tais documentos buscaram uma forma mais humanizada e democrática ao olhar para a criança e o adolescente, sobretudo, o adolescente em conflito com a lei. Todavia, é possível notar que, embora haja uma conquista no campo jurídico em relação ao atendimento ao adolescente infrator, nas práticas cotidianas e no imaginário popular ainda há muito o que se avançar.

Mesmo após mais de trinta anos do ECA e quinze anos da reformulação de uma política nacional de atendimento socioeducativo (SINASE) ainda é possível notar condutas duvidosas e barreiras a serem transpostas para que se concretize os ideais educativos e ressocializadores que preconizam tais documentos. Essas barreiras são ocasionadas por diversos problemas, indo desde falta de investimentos em infraestrutura nos sistemas que atuam com as medidas socioeducativas (SARTÓRIO, 2007; COSTA, 2014) à fragilidade da capacitação do corpo técnico profissional (BERNARDO, 2011; SILVA, 2014; COSTA, 2014).

Diversas pesquisas (SILVA e GUERESI, 2003; ESPÍNDULA e SANTOS, 2004; TEIXEIRA, 2005; MONTE e SAMPAIO, 2012; COSTA, 2014) apontam que as instituições de atendimento socioeducativo, muitas vezes, fracassam no

seu papel ressocializador, pois ainda se pautam numa lógica punitiva, usando como instrumentos educativos a punição e o medo. Em consonância com esses resultados, os dados fornecidos pelo Levantamento Anual do SINASE (BRASIL, 2018), apontam que entre os anos de 2014 e 2016 houve um aumento de 6,3% de internações, isto é, num total de 26.450 adolescentes atendidos, 18.567 estão cumprindo medidas de privação de liberdade, representando 70% desse público. É importante destacar que a medida de privação de liberdade deve ser aplicada somente em casos mediante ato infracional cometido com grave ameaça e/ou violência à vítima. Todavia, os índices de crimes contra a pessoa (homicídio e lesão corporal), crimes contra a dignidade sexual (estupro) e crimes contra o patrimônio com resultado de morte (latrocínio), são menores dos que os verificados no ano de 2010. Sendo assim, o dado evidencia que o sistema judiciário adota uma postura punitiva, indo contra os próprios preceitos do ECA e das diretrizes do SINASE, os quais deveriam ser os reguladores das condutas jurídicas.

Dentro desse cenário fica evidente o quanto é preciso que as instituições de atendimento ao adolescente infrator se modifiquem e construam relações pautadas na cooperação e na equidade, pois, só assim será possível um trabalho significativo e transformador. Para que isso aconteça é necessário que os agentes que lidam com as medidas socioeducativas também passem por formações que os façam tomar consciência sobre a importância de práticas pautadas nesses valores, como também reflitam sobre os seus valores.

Segundo Bernardo (2011), tais profissionais precisam estar aptos não só para exercer as funções técnicas do seu trabalho, mas ter uma competência moral para auxiliar esses adolescentes na construção da sua autonomia e da tomada de consciência sobre seus atos de transgressão. Assim, é urgente a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam com a socioeducação, se cons-

tituindo em um ambiente que dê a eles a possibilidade de olharem para seus próprios valores, para as relações que estabelecem consigo e com o outro, além de compreender, do ponto de vista teórico-metodológico, a importância da construção de um ambiente verdadeiramente democrático e justo.

Para falar sobre essa conduta ética e construção de uma competência moral, iremos recorrer aos estudos do psicólogo brasileiro, referência nas pesquisas sobre psicologia moral, Yves de La Taille. La Taille (2006) buscou apresentar uma distinção sobre a ética e a moral, analisando-as sob as dimensões intelectual e afetiva. Para ele, a moral se refere aos deveres e a ética à “vida boa”. Logo, a pergunta que sustenta a moral é “como devo agir?” E a pergunta ética “que vida eu quero viver?” Em relação aos sentimentos que ela traz, a primeira remete ao sentimento de obrigatoriedade, isto é, do dever, a segunda aponta um sentido para a vida e para expansão de si, ou seja, o querer.

Na busca pela relação entre moral e ética, La Taille (2006) afirma que para compreender os comportamentos morais dos indivíduos é necessário conhecer suas perspectivas éticas, assim o plano ético engloba o plano moral, pois “somente sente-se obrigado a seguir determinados deveres quem os concebe como expressão de valor do próprio eu, como tradução da sua autoafirmação” (p. 51).

A expansão de si ou a construção do eu (self) é composta por um conjunto de representações de si. Essas representações são sempre valores, ou seja, investimentos afetivos. Os valores que o sujeito constrói, ao longo do seu desenvolvimento, podem ser organizados de formas periféricas ou centrais. Os valores centrais são aqueles que, além de terem sido construídos a partir da ação projetiva de sentimentos positivos, apresentam intensidade muito grande. Por outro

lado, construímos alguns valores cuja intensidade dos sentimentos é pequena e, por isso, se posicionam na periferia de nossa identidade.

A construção e manutenção dos valores centrais gera uma força motivacional, pois a pessoa deseja agir de forma condizente com eles. Logo, se os valores chamados centrais forem mesmo morais (ser justo, ser honesto, solidário etc.), haverá maior probabilidade de a ação moral ser seguida. A consolidação desse processo, La Taille (2006) denominou de personalidade ética. Nas palavras do autor:

[...] a energética do sentimento de obrigatoriedade, essencial ao plano moral, deve ser procurada no plano ético na busca de representações de si com valor positivo. [...] o autorrespeito é o sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expressão da expansão de si próprio – portanto, elemento da “vida boa”, e, por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade, portanto motivação para a ação moral. Logo, o desenvolvimento moral e o fortalecimento do sentimento de obrigatoriedade que o inspira deve ser explicado pela construção de uma personalidade ética (p. 133).

Ao pensarmos sobre tais conceitos e ideias, relacionando com o tema de pesquisa, surgem as seguintes indagações: O que levam esses profissionais a escolherem atuar com as medidas socioeducativas? Será que essas escolhas estão relacionadas a uma escolha ética? Serão essas perguntas que buscaremos responder nesse artigo.

Método

Participantes

Participaram dessa pesquisa dez participantes que trabalham com as medidas socioeducativas e que foram alunos dos cursos da Escola Nacional de Educação, núcleo básico e/ou específico. Eles foram selecionados por amostra de conveniência, não aleatória. Isto é, por contato e indicações de pessoas do nosso convívio que já foram funcionários de alguma unidade da Fundação CASA,

como também por meio de buscas em redes sociais, tais como o Facebook, o que nos permitiu o acesso a essas pessoas e o convite para que pudessem participar desse estudo.

Nossa amostra foi composta por 50% de sujeitos da região sudeste do Brasil, sendo a maioria do sexo feminino (80%), entre 30 e 41 anos de idade. Em relação a escolaridade, 70% tinham cursos de pós-graduação. No que diz respeito ao tempo de serviço, 70% tinham mais de cinco anos de atuação com as medidas socioeducativas, nas mais diversas profissões, todavia, metade da nossa amostra é composta por pessoas que atuam como psicólogas no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS).

Instrumentos

Com intuito de analisar a estrutura e conteúdo curriculares da ENS, sob o ponto de vista da psicologia moral, como também verificar as percepções dos participantes sobre os cursos, a pesquisa foi dividida em duas etapas: análise documental e exploratória contendo dois instrumentos.

Na primeira etapa buscamos selecionar documentos oficiais e didáticos-pedagógicos a respeito da elaboração dos cursos que estávamos avaliando. Esses documentos foram obtidos por meio do site da ENS. O objetivo foi de investigar em qual contexto histórico e social a escola foi pensada, os princípios sustentados e os componentes curriculares eleitos, a fim de que pudssemos analisar se haviam conteúdos da psicologia moral implícitos ou explícitos nesses aspectos e/ou como esta poderia contribuir nessa formação.

A segunda etapa consistiu na aplicação de dois instrumentos: a entrevista clínica (PIAGET, [1926], 1979) e um documento escrito pelos participantes, denominado memorial. Essa etapa teve como intuito conhecer a opinião dos ex-

alunos sobre o programa e de que forma ele contribuiu na sua formação e prática profissional, bem como suas percepções sobre sua atuação com as medidas socioeducativas. Já o memorial foi organizado com base numa pergunta norteadora, sendo ela: Quem sou eu como profissional atuando com as medidas socioeducativas?

É importante ressaltar que para esse artigo, exploraremos apenas os dados da segunda etapa da pesquisa, sendo as respostas de algumas perguntas da entrevista clínica, correspondente ao primeiro eixo temático e os resultados do memorial.

Procedimentos para coleta de dados

Conforme já dito, a pesquisa foi organizada em duas etapas: Primeira etapa documental; segunda etapa investigativa exploratória. Na primeira etapa analisamos os documentos oficiais e materiais didáticos dos cursos eleitos. Já a segunda etapa consistiu na aplicação de dois instrumentos: a entrevista clínica e o memorial. Após a seleção dos participantes, explicamos os objetivos da pesquisa e os instrumentos que seriam utilizados.

Devido à abrangência territorial do curso, as entrevistas foram realizadas à distância por meio do aplicativo *Skype*, em horários convenientes para nós e para os participantes.

Primeiro foi realizada a entrevista clínica como uma forma de bate papo, assim tínhamos a liberdade de fazer novas perguntas quando necessário, com o intuito de entender melhor o pensamento do entrevistado. Num segundo momento foram explicados os procedimentos para a elaboração do memorial. De acordo com esse instrumento, o sujeito era convidado a pensar sobre a sua atuação como profissional atuando com as medidas socioeducativas. Era dado um

dia para que o participante fizesse o texto de no máximo trinta linhas e nos enviasse.

Procedimentos para a análise de dados

Os resultados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Para a análise da entrevista clínica e do memorial foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2004), que se configura numa técnica de análise qualitativa dos dados que tem como objetivo identificar temáticas que se repetem no texto (oriundas de entrevistas, observações etc.), possibilitando o agrupamento por unidades comuns, denominadas categoria de análise. Assim, as entrevistas clínicas foram transcritas na íntegra e, a partir disso, foi realizada uma leitura geral de todos os protocolos, o que Bardin (2004) chama de leitura flutuante. Esse procedimento permite identificar, de forma não organizada e não sistematizada, aspectos importantes que se repetem nos protocolos. Após isso, foram organizadas as unidades de análise. Segundo Bardin (2004) essas unidades podem sofrer influências dos objetivos do estudo, das teorias que o fundamenta e das inferências do pesquisador, podendo ser, portanto, categorias construídas a priori ou posteriori.

No caso da entrevista clínica as categorias foram construídas posteriormente com base na leitura dos protocolos. Já as categorias do memorial foram construídas com base nos estudos de Yves de La Taille (2006, 2010) e dos textos produzidos pelos participantes do estudo.

Todas as categorias da entrevista clínica e do memorial foram submetidas a uma análise de concordância entre juízes (MATTOS, 2014). Para realização desse procedimento foram convidadas duas especialistas da área, sendo uma doutoranda do programa de Educação, da linha de Psicologia Educacional, da Universidade Estadual Paulista (campus de Marília) e uma professora doutora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (campus Pantanal). De acordo

com Matos (2014), a literatura indica diferentes formas de se calcular a concordância entre juízes, entretanto, a porcentagem de concordância absoluta (*percentage of absolute agreement*) é uma das técnicas comumente utilizada em pesquisas na área de educação. O procedimento é calculado pelo número de vezes em que os juízes concordam, dividido pelo resultado do número total de avaliações, variando entre 0 e 100%. Assim, o índice de 75% de concordância é considerado um valor aceitável e 90%, um valor alto.

Resultados e Discussões

Análise da entrevista clínica

Com o intuito de conhecer a opinião dos profissionais sobre os cursos da ENS e de que forma eles contribuíram na formação e prática profissional, bem como suas percepções sobre sua atuação com as medidas socioeducativas, buscamos explorar ao máximo os meandros do pensamento a fim de encontrar as tendências gerais das ideias apresentadas pelos profissionais da socioeducação, pois segundo Delval (2002) “o que temos que encontrar é uma lógica da organização dessas ideias [...] por isso precisamos fazer uma análise interna das explicações para ver como os elementos se articulam entre si. (p. 167 – 168). Além disso, nossa análise também se apoiou na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2004), que tem a intenção de compreender as características ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens que buscamos analisar.

Como o instrumento é composto por diferentes questões, optamos por apresentar a análise das entrevistas por meio de uma divisão por eixos temáticos, pois acreditamos que as respostas agrupadas em um eixo se referem a um mesmo tema e, portanto, é o resultado de seu conjunto que irá permitir uma melhor compreensão do raciocínio dos sujeitos. Os eixos temáticos foram assim definidos:

- (1) Motivação para a escolha do trabalho com a socioeducação;

- (2) Motivação para fazer os cursos da Escola Nacional de Socioeducação;
- (3) Contribuições dos cursos da Escola Nacional de Socioeducação;
- (4) Contribuições do Núcleo Básico da ENS;
- (5) Contribuições do Núcleo Específico “Práticas e Justiça Restaurativa” da ENS;
- (6) Dificuldades para implementação das medidas socioeducativas.

Após essa divisão, foram analisadas as respostas das perguntas de cada eixo e construídas as categorias de análises a partir das regularidades que surgiram nas falas dos participantes. Conforme já dito, para o presente texto, analisaremos apenas o primeiro eixo temático.

(1) Motivação para a escolha do trabalho com a socioeducação

Nesse primeiro eixo buscamos analisar quais foram as motivações que levaram os participantes a quererem atuar profissionalmente na área socioeducativa. As respostas enquadradas aqui correspondem a pergunta “O que o motivou a escolher esse público para exercer a sua profissão? Assim, esse eixo é composto por três categorias:

Categoria 1 – Obtenção de cargo no setor público

Aqui foram agrupadas respostas que mostraram o interesse em conseguir um cargo público, apontando como motivo a estabilidade que a carreira no setor público oferece. Conforme mostra o exemplo a seguir:

Sujeito 1 - Escolhi ingressar na carreira pública, realizei o concurso sem saber exatamente sobre o que se tratava. Meu interesse era unicamente de ingressar no serviço público.

Categoria 2 – Demanda do cargo que ocupa

As respostas incluídas nessa categoria mostram que a escolha pela área foi em decorrência das demandas dos cargos que ocupam, muitos dentro da área da assistência social e seus diversos setores, como expressa a fala apresentada a seguir.

Sujeito 4 - Na verdade, foi uma consequência de ter sido inserida na política pública de Assistência Social, cuja rotina de trabalho abrange a atuação com este público, contudo minha profissão tem um projeto ético voltado à defesa dos Direitos Humanos, o que nos aproxima muito das bases da política de socioeducação.

Categoria 3 – Afinidade com a área

Nessa categoria foram agrupadas respostas que expressam interesse pela área em questão, seja por motivos ligados à afinidade com os estudos teóricos da temática, seja pelo engajamento social com os direitos humanos ou outros valores.

Sujeito 7 - Minha motivação a escolher este público como atividade principal é por identificar o histórico de violação de direitos que os adolescentes e seus familiares já vinham sofrendo antes mesmo deles praticarem o ato infracional, identificando na Medida Socioeducativa, uma oportunidade de contribuir com a efetivação dos direitos deles, como também de contribuir para o protagonismo, para que a execução transcendesse a determinação judicial, mas que fosse um espaço de reflexão, onde era permitido sonhar com o futuro que eles realmente desejavam e tivessem

apoio para conquistarem uma vida mais digna e com a garantia de seus direitos, acreditando assim, que a probabilidade de recorrência dos atos infracionais diminuíssem.

Na tabela a seguir se encontram os dados referentes à quantidade de respostas dos participantes inseridos nas categorias do primeiro eixo.

Tabela 1 – Distribuição de respostas nas categorias do primeiro eixo temático

Categorias	%
Categoria 1 – Cargo no setor público	25%
Categoria 2 – Demanda do cargo que ocupa	42%
Categoria 3 – Afinidade com a área	33%
TOTAL	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Ao observarmos a tabela 1 evidenciamos que 42% da nossa amostra se concentram na categoria 2, isto é, a motivação é oriunda das necessidades que o cargo ocupado impôs aos sujeitos, não sendo, portanto, uma motivação interna orientada por valores morais, algo que inferimos que ajudaria numa melhor condução do trabalho socioeducativo, pois, esses profissionais estariam fazendo algo que gostam, acreditam e defendem, estando diretamente ligado aos valores morais que elegem e integram a sua personalidade ética e, portanto, presentes nas suas condutas, conforme nos explica La Taille (2006, 2010).

Ao somarmos os resultados das duas primeiras categorias (67%) é possível notar que grande parte da nossa amostra não teve uma vontade inicial de fazer parte do sistema socioeducativo, mas foram escolhas decorrentes de desejos e necessidades externas. Tais resultados também foram encontrados no estudo

de Bernardo (2011). Do total de sua amostra, 51,8% declararam que trabalhar com a socioeducação não foi exatamente uma escolha, mas uma consequência do cargo que estavam assumindo, seja pela necessidade de estar empregado, seja pela vontade de assumir uma carreira no setor público.

Passaremos agora para os resultados obtidos a partir da análise dos textos escritos pelos participantes da pesquisa: o memorial.

Análise do memorial

As representações de si constatadas nos memoriais foram analisadas e categorizadas seguindo os pressupostos da análise de conteúdo de Bardin (2004) e com base nos estudos de La Taille (2006, 2010). Assim, as categorias foram construídas a partir de vários elementos e atributos apresentados pelos participantes ao se representarem enquanto profissionais da socioeducação, organizadas em três categorias que apresentaremos a seguir.

Categoria 1 – Representações de si negativas com valor moral

Esta categoria diz respeito às respostas dos participantes que mostraram uma visão negativa de si, trazendo o preconceito como elemento desencadeador desse processo. Conforme mostra o exemplo a seguir:

Sujeito 1 - Por desvios do destino tornei-me uma profissional que atua com medidas socioeducativas. Confesso que ingressei no sistema com todo o preconceito com relação a menores infratores. Assim, como o senso comum, ficava indignada com a bondade do Estado para com esses indivíduos. Muita regalia para quem apenas causava prejuízo.

Com o passar dos anos, pude perceber que a questão ali envolvida era muito mais complexa e que envolvia uma série de fatores que se iniciavam antes mesmo da prática do ato infracional. A busca por capacitação e por todo tipo de debate que envolvesse socioeducação também acrescentaram lenha para meu processo de reflexão sobre o trabalho e para com meu compromisso com a atividade que estava exercendo.

Categoria 2 – Representações de si positivas sem valor moral

Nessa categoria foram agrupadas as respostas dos participantes que apresentaram os aspectos positivos de sua atuação como profissional da socioeducação, geralmente mostrando o quanto se esforçaram para se aperfeiçoar no cargo em questão. Como mostra o exemplo a seguir.

Sujeito 10 - Eu sou uma profissional motivada a buscar conhecimento para aplicar no cotidiano do trabalho, seja diretamente com a pessoa atendida, seja discutindo os entraves na equipe multiprofissional, além de buscar entender os fenômenos sociais implicados nas diversas formas de relações estabelecidas entre os seres humanos, e estes com o meio em que vivem.

Categoria 3 – Representações de si positivas com valor moral

Aqui foram agrupadas as respostas dos que apresentavam representações positivas de si, destacando a dignidade e a justiça como elementos centrais. Nessas falas foi possível perceber que os sujeitos se viam como profissionais

que lutavam para que os princípios dos Direitos Humanos fossem preservados nas práticas socioeducativas. Como podemos ver no exemplo a seguir.

Sujeito 3 - Sou uma profissional que ainda quer acreditar que existe soluções, saídas, bons gestores, bons profissionais, um sistema que pode ser recuperado e ressocializador, acima de tudo. Trabalhar com MSE, principalmente, em Meio Fechado, é um dos maiores desafios profissionais que já encarei. Estar diante de violações que você mesma desaprova, que vai contra seus princípios éticos e morais é muito desgastante, porém, perceber que garantir direitos que são básicos e fundamentais para qualquer ser humano é o que mais me move em direção a um caminho que, honestamente, não sei onde vai dar.

Na tabela a seguir se encontram os dados referentes à quantidade de respostas dos participantes inseridos nas categorias sobre as representações de si como profissional da socioeducação.

Tabela 2 – Distribuição das respostas nas categorias sobre as representações de si como profissional da socioeducação.

Categorias	%
Categoria 1 - Representações de si negativas com valor moral.	8,4%
Categoria 2 – Representações de si positivas	58,3%

Categoria 3 - Representações de si positivas com valor moral	33,3%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme podemos observar na tabela 2, somando as categorias 2 e 3 (91,6%), a maioria da nossa amostra se reconhece como bons profissionais da socioeducação. Entretanto, apesar dos participantes apresentarem representações positivas sobre si, grande parte estão centradas em valores que não são morais. Isto é, ao falarem sobre si trazem elementos que giram em torno do esforço pessoal para buscar conhecimentos sobre a área de atuação e/ou o esforço para conseguir fazer um trabalho adequado, dentro do que é esperado pelas diretrizes do SINASE, mesmo com todas as barreiras infraestruturais que encontram no dia a dia. Dessa forma, não é possível dizer que esses sujeitos apresentam uma personalidade ética ao falarem de si como profissionais da socioeducação.

Podemos dizer que esses sujeitos possuem uma boa autoestima a respeito dos profissionais que são, mas não um autorrespeito. Segundo La Taille (2006), a autoestima pode ser compreendida como a valorização de si fundamentada em valores que podem não ser morais, tais como, a beleza, o status social e, no caso aqui, o esforço pessoal. Já o autorrespeito, apesar de existir uma autoestima, o sujeito julga a si mesmo por meio de valores morais, tais como a justiça, a generosidade, a dignidade, dentre outros, como é o caso das respostas agrupadas na categoria 3.

Considerações finais

O objetivo do presente artigo era identificar as representações que os profissionais tinham de si, quando refletiam sobre quem são eles atuando com as medidas socioeducativas. Para isso, recorreremos os estudos da psicologia moral, sobretudo, os estudos de Yves de La Taille (2006, 2010). Por meio dos textos apresentados pelos participantes foi possível inferir que esses profissionais agem motivados por expectativas sociais que estão desconectadas de valores morais. Tal dado se confirma quando olhamos para os motivos que eles elegem ao escolherem a socioeducação como área de atuação, isto é, apresentam respostas motivadas por componentes externos, de ordem convencional ou mesmo pessoal, como por exemplo, construir carreira no setor público.

Para La Taille (2006), a ação moral não depende apenas do conhecimento sobre as regras, mas também da tomada de consciência que temos sobre nossos valores e projetos de vida. Todavia, essa consciência nem sempre é tão clara, considerando que esses investimentos afetivos podem se dar de forma inconsciente “seja no sentido psicanalítico do termo (influência de pulsões a que não se tem acesso), seja no sentido mais simples: não tendo sido objeto de reflexão, os investimentos afetivos são experimentados como forças ‘naturais’ que guiam a razão em vez de serem eles mesmos guiados por ela” (p. 75).

Em complemento a essa ideia, Bernardo (2011) aponta que a precariedade da formação continuada dos trabalhadores da socioeducação dificulta a reflexão sobre o fazer profissional e a construção de uma competência moral. Assim, notamos o quanto é importante que as formações voltadas a esse público auxiliem não só o acesso ao conhecimento a respeito das diretrizes e normativas que orientam o trabalho socioeducativo, algo que os cursos da ENS faz com bastante eficiência, mas também contribuam para que os sujeitos reflitam quais são

os valores que eles legitimam e trazem para suas representações de si, pois certamente são esses valores que conduzem suas práticas educativas durante sua atuação com as medidas socioeducativas.

Portanto, reforçamos a tese de que os estudos em psicologia moral podem contribuir não só para as formações já ofertadas pela ENS, mas também para auxiliar na organização de novos cursos. Trazendo propostas que estejam interessadas em discutir sobre o papel dos valores morais na construção das representações de si de cada sujeito, seja ele os funcionários ou os adolescentes, que destaquem a importância do ambiente cooperativo para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos favoráveis a construção da autonomia, que ajude os profissionais a refletirem sobre suas práticas socioeducativas e avaliem se estão, de fato, adequadas aos princípios do SINASE.

Afinal, como diz Bernardo (2011) o trabalho socioeducativo não só diz respeito olhar para o meio social, a estrutura familiar ou as condições de vulnerabilidades que esses adolescentes enfrentam, mas envolve também olhar e favorecer “o desenvolvimento do adolescente durante o cumprimento da medida, no aqui e agora, no contato educador-educando. Não nos parece fácil tal tarefa, por isso não podemos nos abster de uma práxis da moral e da técnica nos serviços de atendimento a essa população” (p. 62).

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.
- BERNARDO, J. F. **Competência moral e perfil de profissionais que atendem adolescentes em conflito com a lei**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em educação), UNESP, Marília, 2011.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://prioridadeabsoluta.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/levantamento_2016final_sinase.pdf Acesso em 14 Out. 2019.
- COSTA, R. P. da. **Estudo sobre as funções do educador social na política de socioeducação do Paraná**. 168f. Dissertação (mestrado em serviço social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002
- ESPINDULA, D. H. P.; SANTOS, M. F. S. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 357-367, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000300004 Acesso em 13 de Out. 2016
- LA TAILLE, Y. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. In. LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- LA TAILLE, Y. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n.1, p. 13 - 25, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a03v15n1.pdf> Acesso em 18 Jul. 2019.
- LA TAILLE, V. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LA TAILLE, Y. Moral e Ética: uma leitura psicológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. spe, p. 105-114, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000500009&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 11 Out. 2019.
- MATTOS, D. A. S. Confiabilidade e concordância entre juízes: aplicações na área educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, v. 25,

n.59, p. 1 - 27, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2750> Acesso em 07 Out. 2019.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução E. Lenardon. São Paulo: Summus, [1932], 1994.

PIAGET, J. **A representação do mundo na criança**. Tradução R. Fiúza. Rio de Janeiro: Record, [1926], 1979.

SARTÓRIO, A. T. **Adolescentes em conflito com a lei**: uma análise dos discursos jurídicos-sociais em processos judiciais. 2007. 304 f. Dissertação (mestrado em política social). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Adolescente%20em%20conflito%20com%20a%20lei_0.pdf Acesso em 02 Nov. 2017.

SILVA, A. S. **De menor infrator ao adolescente em conflito com a lei**: um estudo sobre o sistema socioeducativo. 120 f. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17732/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Amanda%20Santos%20Silva.pdf> Acesso em 02 Nov. 2017.

SILVA, E. R.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003.

Recebido 08/12/2021

Aprovado 15/03/2022